

## Lei do Bem

- Visão geral e MP do Bem;
- Principais incentivos fiscais da Lei do Bem
- Dedução dos dispêndios em até 200% com Inovação Tecnológica da Base de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- Redução de 50% de IPI;
- Depreciação acelerada integral no ano de aquisição, de máquinas e equipamentos;
- Amortização acelerada na aquisição de bens intangíveis;

## Lei do Bem - Visão Geral

- MP do Bem, depois Lei do Bem (Capítulo III da Lei nº 11.196 11/2005)
  - Prevista na Lei de inovação Federal
  - Cria incentivos fiscais de apoio às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica das empresas.
  - Regulamentada pelo decreto nº 5.798 de 06/2006.
- Vários capítulos na MP e na Lei do Bem
  - “Institui o .. ; **dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica**; altera o ...”.
  - Capítulo III - DOS INCENTIVOS À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
- **O centro de atenção é a empresa**

*Art. 28 da Lei de Inovação Federal*

*A União fomentará a inovação na empresa mediante a **concessão de Incentivos fiscais** com vistas na consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.*

*O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em até 120 (cento vinte) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei para atender previsto no caput deste artigo.*

## Os principais Incentivos Fiscais da Lei do Bem

- Dedução de 100% dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de calculo (BC) do IR e da CSLL
- Dedução de mais 60% ( $100+60=160\%$ ) dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de calculo (BC) do IR e da CSLL
- Dedução de mais 20% ( $160+20=180\%$ ) dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de calculo (BC) do IR e da CSLL, incrementando o número de pesquisadores (RH)
- Dedução de mais 20% ( $180+20=200\%$ ) dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de calculo (BC) do IR e da CSLL, através de pagamentos vinculados a patente concedida ou cultivar registrado
- Redução de 50% de IPI na aquisição de máquinas em equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, destinados à destinados à P&D de Inovação Tecnológica
- Depreciação Integral no ano da aquisição, de máquinas em equipamentos, aparelhos e instrumentos novos, destinados à destinados à P&D de Inovação Tecnológica
- Amortização Acelerada na aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de destinados à P&D de Inovação Tecnológica
- Crédito do imposto de renda retido na fonte, de remessas para o exterior de royalties, assistência técnica ou científica e de serviços especializados, de contratos de transferência de tecnologia
- Redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares”.

## Os Incentivos Fiscais da Lei do Bem

- Dedução de 100% dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de cálculo (BC) do IR e da CSLL
  - I - dedução, para efeito de apuração do lucro líquido, de valor correspondente à **soma dos dispêndios realizados** no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesas operacionais pela legislação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, ou como pagamento na forma prevista no § 1º deste artigo;
- Dedução de mais 60% dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de cálculo (BC) do IR e da CSLL
  - Art. 8º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, a partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor corresponde a até **sessenta por cento** da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesas pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do caput do art. 3º.

## Os Incentivos Fiscais da Lei do Bem

- Dedução poderá chegar até 80% dos dispêndios com Inovação Tecnológica da Base de cálculo (BC) IR e da CSLL, incrementando o número de pesquisadores (RH)
  - § 1º A exclusão de que trata o caput deste artigo poderá chegar a:
    - I - **até oitenta por cento**, no caso de a pessoa jurídica **incrementar o número de pesquisadores** contratados no ano-calendário de gozo do incentivo em percentual **acima de cinco por cento**, em relação à média de pesquisadores com contratos em vigor no ano-calendário anterior ao de gozo do incentivo;
    - II - **até setenta por cento**, no caso de a pessoa jurídica **incrementar o número de pesquisadores** contratados no ano-calendário de gozo do incentivo **até cinco por cento**, em relação à média de pesquisadores com contratos em vigor no ano calendário anterior ao de gozo do incentivo.
- Dedução poderá chegar até mais 100% dos dispêndios, através de pagamentos vinculados a patente concedida ou cultivar registrado
  - § 4º Sem prejuízo do disposto no caput e no § 1º deste artigo, a pessoa jurídica poderá excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor **de até vinte por cento** da soma dos dispêndios ou pagamentos vinculados à pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica objeto de patente concedida ou cultivar registrado.

## Os Incentivos Fiscais da Lei do Bem

- Redução de 50% de IPI
  - II - **redução de cinquenta por cento do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI** incidente sobre equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, bem como os acessórios sobressalentes e ferramentas que acompanhem esses bens, destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico;

## Os Incentivos Fiscais da Lei do Bem

- Depreciação Acelerada integral no ano da aquisição(modificado pela Lei nº 11.774, de 09/2008)
  - III - **depreciação integral**, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do IRPJ e CSLL;
- Amortização Acelerada
  - IV - **amortização acelerada**, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos dispêndios relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis no ativo diferido do beneficiário, para efeito de apuração do IRPJ;

## Os Incentivos Fiscais da Lei do Bem

- Crédito do imposto sobre a renda retido na fonte a beneficiários residentes
  - Art. 3º, V do Decreto: “**crédito do imposto sobre a renda retido na fonte**, incidente sobre os valores pagos, remetidos ou creditados a beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, a título **de royalties, de assistência técnica ou científica e de serviços especializados**, previstos em contratos de transferência de tecnologia averbados ou registrados nos termos da Lei nº9.279, de 14 de maio de 1996, nos seguintes percentuais:
    - **vinte por cento**, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2006, até 31 de dezembro de 2008;
    - **dez por cento**, relativamente aos períodos de apuração encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, até 31 de dezembro de 2013”;
  - Art. 3º, VI do Decreto: “**redução a zero da alíquota do imposto sobre a renda retido na fonte** nas **remessas** efetuadas para o exterior destinadas ao **registro e manutenção de marcas, patentes e cultivares**”.